



PMEPC 2013

Município de Vila Nova de Foz Côa

Março de 2013

Versão Final

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

Promovido Por:



Financiado por:



Elaborado por:



Ficha Técnica

Realização



Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, Edifício Ciência II,
Nº 11, 3º B, Taguspark
2740-120 Porto Salvo - Portugal



Praça do Município,
5150-642 Vila Nova de Foz Côa.

Promovido Por:



Financiado por:



Associação dos Municípios do Douro Superior

Direção do Projeto	Dr. Emídio Baptista
Equipa Técnica	Eng.ª Donírea Afecto
Equipa Técnica	Dra. Daniela Serra
Equipa Técnica	Dr. Nuno Trigo

Câmara Municipal

Presidente	Eng.º Gustavo Sousa Duarte
Vereador da Proteção Civil	Dr. João Paulo Lucas Donas Botto Sousa
Equipa Técnica	Eng.º Mário Pereira

Município, E.M., S.A.

Coordenação e Direção do Projeto	Nelson Mileu
Gestão do Projeto	Frederico Antunes
Equipa Técnica	Hélder Murcha
Equipa Técnica	Ana Ribeiro
Coordenação da Equipa de Avaliação de Riscos	José Luís Zêzere (Instituto de Geografia e Ordenamento do Território Universidade de Lisboa)
Caracterização do território e Avaliação de riscos	Inês Fonseca (IGOT-UL) Eusébio Reis (IGOT-UL) Susana Pereira (IGOT-UL)
Recolha e tratamento de informação	Raquel Melo (IGOT-UL) Cristina Henriques (IGOT-UL) Aldina Piedade (IGOT-UL) Ana Costa (IGOT-UL)

Índice

PARTE I – ENQUADRAMENTO GERAL DO PLANO	12
1. INTRODUÇÃO.....	13
2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO.....	13
3. OBJETIVOS GERAIS.....	15
4. ENQUADRAMENTO LEGAL.....	15
5. ANTECEDENTES DO PROCESSO DE PLANEAMENTO.....	16
6. ARTICULAÇÃO COM INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	16
7. ATIVAÇÃO DO PLANO	18
7.1. Competências para a ativação do Plano	18
7.2. Critérios para a ativação do Plano.....	19
8. PROGRAMA DE EXERCÍCIOS	22
PARTE II – ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA	23
1. CONCEITO DE ATUAÇÃO	24
2. EXECUÇÃO DO PLANO	26
2.1. Fase de emergência	27
2.2. Fase de reabilitação.....	32
3. ARTICULAÇÃO E ATUAÇÃO DE AGENTES, ORGANISMOS E ENTIDADES	36
3.1. Missão dos agentes de Proteção Civil.....	38
3.1.1. Fase de emergência	39
3.1.2. Fase de reabilitação	41
3.2. Missão dos organismos e entidades de apoio	42
3.2.1. Fase de emergência	42
3.2.2. Fase de reabilitação	47
3.3. Missão das estruturas autárquicas.....	52
3.3.1. Fase de emergência	52
3.3.2. Fase de reabilitação	53
PARTE III – ÁREAS DE INTERVENÇÃO.....	55
1. ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS.....	56
2. LOGÍSTICA.....	58
2.1. Apoio Logístico às Forças de Intervenção	59
2.2. Apoio Logístico às populações.....	62
3. COMUNICAÇÕES.....	68
3.1. Rede Operacional de Bombeiros (ROB)	69
3.2. Rede Estratégica de Proteção Civil (REPC).....	70
3.3. SIRESP	71
3.4. Organização das comunicações.....	71
4. GESTÃO DA INFORMAÇÃO	73
4.1. Gestão da Informação às entidades e agentes envolvidos nas ações de socorro	73
4.2. Gestão da Informação a entidades públicas e privadas que colaboram com as ações de socorro e reabilitação;	75
4.3. Gestão da Informação Pública.....	76
5. PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO	78
6. MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA.....	81
7. SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS.....	83
8. SOCORRO E SALVAMENTO	86
9. SERVIÇOS MORTUÁRIOS	89
10. PROTOCOLOS	92
PARTE IV – INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR	93
SECÇÃO I	94
1. ORGANIZAÇÃO GERAL DA PROTEÇÃO CIVIL EM PORTUGAL.....	94
1.1. Estrutura de Proteção Civil	95

1.1.1.	Direção Política	96
1.1.2.	Coordenação Política	96
1.1.3.	Órgãos de Execução	97
1.2.	<i>Estrutura das Operações</i>	99
1.2.1.	Sistema de Gestão de Operações.....	99
1.2.1.1.	Funções na estrutura da organização	102
1.2.1.2.	Teatro de operações	105
1.2.2.	Comando Operacional	106
1.2.3.	Coordenação Institucional	107
2.	MECANISMOS DA ESTRUTURA DE PROTEÇÃO CIVIL.....	108
2.1.	<i>Composição, convocação e competências da comissão de Proteção Civil</i>	108
2.2.	<i>Crítérios e âmbito para a declaração das situações de alerta, contingência ou calamidade</i> 109	
2.3.	<i>Sistema de monitorização, alerta e aviso</i>	110
2.3.1.	Monitorização	110
2.3.2.	Alerta.....	114
2.3.3.	Aviso.....	115
SECÇÃO II		117
1.	CARACTERIZAÇÃO GERAL	117
2.	CARACTERIZAÇÃO FÍSICA.....	117
2.1.	<i>Características Geomorfológicas</i>	117
2.2.	<i>Características Climáticas</i>	125
2.3.	<i>Características da Vegetação</i>	127
3.	CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA	129
3.1.	<i>Principais aspetos demográficos</i>	129
3.2.	<i>Principais aspetos Habitacionais</i>	139
3.3.	<i>Principais aspetos Económicos</i>	143
4.	CARACTERIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS	145
5.	CARACTERIZAÇÃO DO RISCO	156
5.1.	<i>Introdução</i>	156
5.2.	<i>Identificação do Risco</i>	159
5.2.1.	Ondas de Calor	160
5.2.2.	Vagas de Frio.....	164
5.2.3.	Nevões	167
5.2.4.	Cheias e Inundações.....	172
5.2.5.	Secas	176
5.2.6.	Sismos	180
5.2.7.	Movimentos de Massa em Vertentes	183
5.2.8.	Acidentes Rodoviários.....	189
5.2.9.	Acidentes Ferroviários	191
5.2.10.	Acidentes Fluviais.....	193
5.2.11.	Acidentes no Transporte Terrestre de Mercadorias Perigosas	194
5.2.12.	Colapso de Túneis e Pontes e outras Infraestruturas.....	195
5.2.13.	Cheias e Inundações por Rutura de barragens.....	197
5.2.14.	Colapso de Galerias e Cavidades de Minas	198
5.2.15.	Acidentes em Instalações de Combustíveis, Óleos e Lubrificantes	199
5.2.16.	Incêndios e Colapsos em Centros Históricos e em Edifícios com Elevada Concentração Populacional	201
5.2.17.	Incêndios florestais	203
5.3.	<i>Análise de Risco</i>	208
5.3.1.	Ondas de Calor	211
5.3.2.	Vagas de frio	212
5.3.3.	Nevões	213
5.3.4.	Cheias e Inundações.....	214
5.3.5.	Secas	217
5.3.6.	Sismos	219
5.3.7.	Movimentos de Massa em Vertentes	222
5.3.8.	Acidentes Rodoviários.....	224
5.3.9.	Acidentes Ferroviários	225
5.3.10.	Acidentes Fluviais.....	225

5.3.11.	Acidentes no Transporte Terrestre de Mercadorias Perigosas	226
5.3.12.	Colapso de Túneis, Pontes e outras Infraestruturas.....	226
5.3.13.	Cheias e Inundações por Rutura de Barragens.....	227
5.3.14.	Colapsos de galerias e cavidades de minas	227
5.3.15.	Acidentes em Instalações de Combustíveis, Óleos e Lubrificantes	228
5.3.16.	Incêndios e Colapsos em Centro Históricos e em Edifícios com Elevada Concentração Populacional	228
5.3.17.	Incêndios florestais	231
5.4.	<i>Estratégias de Prevenção e Mitigação do Risco</i>	234
5.4.1.	Instrumentos que concorrem para a mitigação dos Riscos.....	234
5.4.2.	Legislação específica para a mitigação dos Riscos	234
5.4.3.	Projetos ou programas integrados destinados a mitigar os riscos.....	235
5.4.4.	Planos de Ordenamento do Território	238
6.	CENÁRIOS	239
6.1.	<i>Cenário Hipotético de Incêndio Florestal</i>	239
6.2.	<i>Cenário hipotético de movimentos de massa em vertente</i>	242
6.3.	<i>Cenário Hipotético de Vagas de Frio / Calor</i>	247
6.3.1.	Vagas de Frio	247
6.3.2.	Ondas de Calor	250
6.4.	<i>Cenário Hipotético de Inundações /Cheias</i>	255
7.	CARTOGRAFIA (EM ANEXO)	262
SECÇÃO III		263
1.	INVENTÁRIO DE RECURSOS E MEIOS	263
2.	LISTA DE CONTACTOS.....	265
3.	MODELOS DE RELATÓRIOS E REQUISIÇÕES	275
4.	MODELOS DE COMUNICADOS	280
5.	LISTA DE ATUALIZAÇÕES DO PLANO	288
6.	LISTA DE EXERCÍCIOS DO PLANO	289
7.	LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DO PLANO	290
8.	LEGISLAÇÃO	291
9.	BIBLIOGRAFIA	295
10.	GLOSSÁRIO	297

Índice de Esquemas

ESQUEMA 1 – ESTRUTURA OPERACIONAL	27
ESQUEMA 2 – GRUPOS OPERACIONAIS.....	37
ESQUEMA 3 – ENTIDADES COM ESPECIAL DEVER DE COOPERAÇÃO NO MUNICÍPIO.....	38
ESQUEMA 4 – ESQUEMA DOS PROCEDIMENTOS DE COORDENAÇÃO PARA APOIO SOCIAL ÀS POPULAÇÕES.....	65
ESQUEMA 5 – ESQUEMA DOS PROCEDIMENTOS DE COORDENAÇÃO PARA APOIO PSICOLÓGICO ÀS POPULAÇÕES	65
ESQUEMA 6 – ROB NO TEATRO DE OPERAÇÕES.....	70
ESQUEMA 7 – ORGANOGRAMA DAS COMUNICAÇÕES	72
ESQUEMA 8 – ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÕES DO PMEPC.....	73
ESQUEMA 9 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (GESTÃO DE INFORMAÇÃO ÀS ENTIDADES INTERVENIENTES)	76
ESQUEMA 10 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (GESTÃO DE INFORMAÇÃO PÚBLICA)	77
ESQUEMA 11 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (EVACUAÇÃO).....	79
ESQUEMA 12 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA)	83
ESQUEMA 13 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS).....	85
ESQUEMA 14 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (SOCORRO E SALVAMENTO)	89
ESQUEMA 15 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (SERVIÇOS MORTUÁRIOS)	92
ESQUEMA 16 – ORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE ALERTA	115
ESQUEMA 17 – ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE AVISO	116
ESQUEMA 18 – MODELO CONCEPTUAL DO RISCO (ADAPTADO DE UNDRO, 1979).....	156

ESQUEMA 19 – ESQUEMA FORMAL DA ANÁLISE, AVALIAÇÃO E GESTÃO DO RISCO (ADAPTADO DE CANUTI & CASAGLI, 1994)	159
ESQUEMA 20 – PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS – INCÊNDIO FLORESTAL	242
ESQUEMA 21 – PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS – MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTES	247
ESQUEMA 22 – PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS ONDAS DE CALOR / VAGAS DE FRIO	254
ESQUEMA 23 – PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS – CHEIA / INUNDAÇÃO	261

Índice de Figuras

FIGURA 1 – ESTRUTURA NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL	96
FIGURA 2 – ESTRUTURA DA OPERAÇÕES DE PROTEÇÃO CIVIL	99
FIGURA 3 – SISTEMA DE GESTÃO DE OPERAÇÕES	101
FIGURA 4 – ZONAS DE INTERVENÇÃO	106
FIGURA 5 – MATRIZ DE RISCO – GRAU DE RISCO	210

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1 – GRÁFICO TERMO PLUVIOMÉTRICO DE FOLGARES (VILA FLOR)	127
GRÁFICO 2 – VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ENTRE 1971 E 2001 NAS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE Foz CÔA	134
GRÁFICO 3 – ESTRUTURA ETÁRIA NO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE Foz CÔA EM 1991 E 2001	137
GRÁFICO 4 – ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO DAS FREGUESIAS DE VILA NOVA DE Foz CÔA EM 2001	137
GRÁFICO 5 – DÉCADA DE CONSTRUÇÃO DOS EDIFÍCIOS DO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE Foz CÔA	141
GRÁFICO 6 – DÉCADA DE CONSTRUÇÃO DOS EDIFÍCIOS NAS FREGUESIAS DE VILA NOVA DE Foz CÔA	142
GRÁFICO 7 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA DE VILA NOVA DE Foz CÔA	143
GRÁFICO 8 – NÚMERO DE DIAS DE ONDAS DE CALOR EM FOLGARES (1982-1997; 2004-2009)	161
GRÁFICO 9 – TEMPERATURA MÉDIA, MÁXIMA E MÍNIMA DAS ONDAS DE CALOR EM FOLGARES (1982-1997; 2004-2009)	162
GRÁFICO 10 – NÚMERO DE DIAS DE VAGAS DE FRIO EM FOLGARES (1982-1997; 2004-2009)	165
GRÁFICO 11 – TEMPERATURA MÉDIA, MÁXIMA E MÍNIMA DAS VAGAS DE FRIO EM FOLGARES (1982-1997; 2004-2009)	165
GRÁFICO 12 – RELAÇÃO ENTRE A ALTITUDE E O NÚMERO DE DIAS COM QUEDA DE NEVE NAS ESTAÇÕES CLIMATOLÓGICAS (NORMAL 1951-80) DO DOURO SUPERIOR E ÁREA ENVOLVENTE	169
GRÁFICO 13 – RELAÇÃO ENTRE A ALTITUDE E O NÚMERO DE DIAS COM SOLO COBERTO DE NEVE NAS ESTAÇÕES CLIMATOLÓGICAS (NORMAL 1951-80) DO DOURO SUPERIOR E ÁREA ENVOLVENTE	170
GRÁFICO 14 – TAXA DE SUCESSO DO MODELO DE SUSCETIBILIDADE À OCORRÊNCIA DE MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTES NO TERRITÓRIO DO DOURO SUPERIOR E DEFINIÇÃO DAS QUATRO CLASSES DE SUSCETIBILIDADE	188
GRÁFICO 15 – EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES RODOVIÁRIOS COM VÍTIMAS E DO NÚMERO DE VÍTIMAS MORTAIS NO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE Foz CÔA ENTRE 2004 E 2009	190
GRÁFICO 16 – ACIDENTES COM MORTOS OU FERIDOS GRAVES POR MÊS DE OCORRÊNCIA NO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE Foz CÔA, ENTRE 2004 E 2009	190
GRÁFICO 17 – PONTES E VIADUTOS NO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE Foz CÔA	196
GRÁFICO 18 – PERCENTAGEM DE INCÊNDIOS EM EDIFÍCIOS NO CONCELHO DE VILA NOVA DE Foz CÔA ENTRE 2006 E 2010	203
GRÁFICO 19 – PERCENTAGEM DE POPULAÇÃO COM IDADE SUPERIOR A 65 ANOS E PERCENTAGEM DE EDIFÍCIOS COM IDADE SUPERIOR A 25 ANOS, POR FREGUESIA, NO CONCELHO DE VILA NOVA DE Foz CÔA	230

Índice de Mapas

MAPA 1 – ENQUADRAMENTO TERRITORIAL	14
MAPA 2 – LOCALIZAÇÃO DA ZCR E ZRR	61
MAPA 3 – LOCALIZAÇÃO DAS ZCAP	67
MAPA 4 – ITINERÁRIOS PRINCIPAIS DE EVACUAÇÃO	81

MAPA 5 – CARTA MUNICIPAL DE ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA	118
MAPA 6 – CARTA MUNICIPAL DE HIPSOMETRIA DE VILA NOVA DE FOZ CÔA.....	119
MAPA 7 – CARTA MUNICIPAL DE DECLIVES DE VILA NOVA DE FOZ CÔA.....	120
MAPA 8 – CARTA MUNICIPAL DE GEOLOGIA SIMPLIFICADA DE VILA NOVA DE FOZ CÔA	121
MAPA 9 – CARTA MUNICIPAL DA REDE HIDROGRÁFICA PRINCIPAL EM VILA NOVA DE FOZ CÔA	123
MAPA 10 – CARTA MUNICIPAL DE PONTOS DE ÁGUA DE VILA NOVA DE FOZ CÔA	125
MAPA 11 – CARTA MUNICIPAL DE USOS DE SOLOS DE VILA NOVA DE FOZ CÔA.....	129
MAPA 12 – CARTA MUNICIPAL DE POPULAÇÃO RESIDENTE EM 2001 DE VILA NOVA DE FOZ CÔA.....	131
MAPA 13 – CARTA MUNICIPAL DE DENSIDADE POPULACIONAL EM 2001 DE VILA NOVA DE FOZ CÔA	132
MAPA 14 – CARTA MUNICIPAL DE VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ENTRE 1991 E 2001 DE VILA NOVA DE FOZ CÔA	133
MAPA 15 – CARTA MUNICIPAL DE SÍNTESE DA DINÂMICA DEMOGRÁFICA ENTRE 1970 E 2001 DE VILA NOVA DE FOZ CÔA	135
MAPA 16 – CARTA MUNICIPAL DE SÍNTESE DE CLASSES DE ESTRUTURA ETÁRIA EM 2001 DE VILA NOVA DE FOZ CÔA	138
MAPA 17 – CARTA MUNICIPAL DE NÚMERO DE EDIFÍCIOS CLÁSSICOS DE VILA NOVA DE FOZ CÔA.....	140
MAPA 18 – CARTA MUNICIPAL DOS SECTORES DE ATIVIDADE DE VILA NOVA DE FOZ CÔA	144
MAPA 19 – CARTA MUNICIPAL DE EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA – ESTABELECIMENTOS DE ENSINO EM VILA NOVA DE FOZ CÔA.....	147
MAPA 20 – CARTA MUNICIPAL DE EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA – SAÚDE, SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL EM VILA NOVA DE FOZ CÔA.....	148
MAPA 21 – CARTA MUNICIPAL DAS INFRAESTRUTURAS RODOVIÁRIAS E FERROVIÁRIAS EM VILA NOVA DE FOZ CÔA	149
MAPA 22 – CARTA MUNICIPAL DAS INFRAESTRUTURAS DE PRODUÇÃO, ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM VILA NOVA DE FOZ CÔA.....	150
MAPA 23 – CARTA MUNICIPAL DO SISTEMA DE SANEAMENTO EM VILA NOVA DE FOZ CÔA	151
MAPA 24 – CARTA MUNICIPAL DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM VILA NOVA DE FOZ CÔA.....	153
MAPA 25 – CARTA MUNICIPAL DE ANTENAS DE EMISSÃO/RECEÇÃO DE OPERADORAS DE SERVIÇOS MÓVEIS EM VILA NOVA DE FOZ CÔA.....	155
MAPA 26 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO NÚMERO MÉDIO DE DIAS COM ONDAS DE CALOR (1982-1997; 2004-2009) NO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA	163
MAPA 27 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO NÚMERO MÉDIO DE DIAS COM VAGAS DE FRIO (1982-1997; 2004-2009) NO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA	167
MAPA 28 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO NÚMERO MÉDIO DE DIAS COM QUEDA DE NEVE (1951-80) NO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA.....	171
MAPA 29 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO NÚMERO MÉDIO DE DIAS COM SOLO COBERTO DE NEVE (1951-80) NO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA.....	172
MAPA 30 – SUSCETIBILIDADE A INUNDAÇÕES NO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA.....	175
MAPA 31 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO NÚMERO DE ANOS DE SECA MODERADA A EXTREMA (MÉDIA MENSAL DO SPI DE 12 MESES) NO CONCELHO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA.....	179
MAPA 32 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO NÚMERO DE ANOS DE SECA FRACA (MÉDIA MENSAL DO SPI DE 12 MESES) NO CONCELHO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA	180
MAPA 33 – SISMICIDADE HISTÓRICA NO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA	182
MAPA 34 – SUSCETIBILIDADE SÍSMICA NO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA	183
MAPA 35 – SUSCETIBILIDADE AOS MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTES NO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA..	187
MAPA 36 – REDE VIÁRIA E DISTRIBUIÇÃO DOS ACIDENTES RODOVIÁRIOS GRAVES, ENTRE 2004 E 2009	191
MAPA 37 – LINHA FERROVIÁRIA DO DOURO NO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA	192
MAPA 38 – LOCAIS DE ACESSO AO FUNDO DO VALE EM CASO DE ACIDENTE FLUVIAL NO RIO DOURO.....	194
MAPA 39 – DISTRIBUIÇÃO DAS PONTES E TÚNEIS NO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA	197
MAPA 40 – MINAS DESATIVADAS NO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA	199
MAPA 41 – POSTOS DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS NO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA.....	200
MAPA 42 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO NÚMERO DE INCÊNDIOS EM EDIFÍCIOS NO CONCELHO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ENTRE 2006 E 2010	202
MAPA 43 – CARTA DE VISIBILIDADE DOS POSTOS DE VIGIA NO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA.....	206
MAPA 44 – CARTA DE SUSCETIBILIDADE DE INCÊNDIO FLORESTAL EM VILA NOVA DE FOZ CÔA	207
MAPA 45 – MAPA DE PRIORIDADES DE DEFESA NO CONCELHO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA.....	208
MAPA 46 – POPULAÇÃO VULNERABILIDADE A ONDAS DE CALOR E VAGAS DE FRIO NO CONCELHO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA	212
MAPA 47 – VULNERABILIDADE A SECAS POR FREGUESIA NO CONCELHO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA.....	219

MAPA 48 – IDADE DO EDIFICADO NOS AGLOMERADOS POPULACIONAIS DO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA.....	221
MAPA 49 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA VULNERABILIDADE A INCÊNDIOS EM EDIFÍCIOS À SUBSECÇÃO, NO CONCELHO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA.....	231
MAPA 50 – SITAC – INCÊNDIO FLORESTAL.....	241
MAPA 51 – MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTE – CAMINHOS ALTERNATIVOS	245
MAPA 52 – CENÁRIO DE INUNDAÇÕES – JUNTO AO CAMPO DE FUTEBOL DE VILA NOVA DE FOZ CÔA	257
MAPA 53 – CENÁRIO DE INUNDAÇÕES – RIBEIRA DO VALE.....	258
MAPA 54 – CENÁRIO DE CHEIAS / INUNDAÇÕES – ALTERNATIVA.....	260

Índice de Tabelas

TABELA 1 – INTERLIGAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL COM O PMEPCVNFC	17
TABELA 2 – PONTOS DE CONVERGÊNCIA ENTRE OS INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO E PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO COM o PMEPCVNFC	17
TABELA 3 – MEIOS DE PUBLICITAÇÃO DA ATIVAÇÃO DO PLANO	18
TABELA 4 – MATRIZ DE RISCO – ATIVAÇÃO DO PLANO	20
TABELA 5 – CALENDARIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS	22
TABELA 6 – ORGANIZAÇÃO DA PROTEÇÃO CIVIL NO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA.....	26
TABELA 7 – AÇÕES A DESENVOLVER – FASE DE EMERGÊNCIA	28
TABELA 8 – ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE EMERGÊNCIA FACE À TIPOLOGIA DE RISCO NATURAL	29
TABELA 9 – ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE EMERGÊNCIA FACE À TIPOLOGIA DE RISCO TECNOLÓGICO... 30	30
TABELA 10 – ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE EMERGÊNCIA FACE À TIPOLOGIA DE RISCO MISTO	31
TABELA 11 – AÇÕES A DESENVOLVER – FASE DE REABILITAÇÃO	32
TABELA 12 – ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE REABILITAÇÃO FACE À TIPOLOGIA DE RISCO NATURAL	33
TABELA 13 – ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE REABILITAÇÃO FACE À TIPOLOGIA DE RISCO TECNOLÓGICO	34
TABELA 14 – ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE REABILITAÇÃO FACE À TIPOLOGIA DE RISCO MISTO.....	35
TABELA 15 – AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL	36
TABELA 16 – ORGANISMOS E ENTIDADES COM ESPECIAL DEVER DE COOPERAÇÃO.....	36
TABELA 17 – TAREFAS PARA CADA AGENTE DE PROTEÇÃO CIVIL NA FASE DE EMERGÊNCIA.....	40
TABELA 18 – TAREFAS PARA CADA AGENTE DE PROTEÇÃO CIVIL NA FASE DE REABILITAÇÃO	42
TABELA 19 – TAREFAS PARA CADA ORGANISMO OU ENTIDADE DE APOIO NA FASE DE EMERGÊNCIA	47
TABELA 20 – TAREFAS PARA CADA ORGANISMO OU ENTIDADE DE APOIO NA FASE DE REABILITAÇÃO	52
TABELA 21 – MISSÃO DAS ESTRUTURAS AUTÁRQUICAS NA FASE DE EMERGÊNCIA	53
TABELA 22 – MISSÃO DAS ESTRUTURAS AUTÁRQUICAS NA FASE DE REABILITAÇÃO.....	54
TABELA 23 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS.....	56
TABELA 24 – RESPONSABILIDADES ADMINISTRATIVAS	57
TABELA 25 – TIPOLOGIA DE MATERIAL LOGÍSTICO	58
TABELA 26 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO DA LOGÍSTICA DAS OPERAÇÕES	59
TABELA 27 – NECESSIDADES LOGÍSTICAS NO APOIO ÀS FORÇAS DE INTERVENÇÃO.....	60
TABELA 28 – PRIORIDADES DE AÇÃO NAS OPERAÇÕES DE LOGÍSTICA ÀS OPERAÇÕES.....	62
TABELA 29 – NECESSIDADES LOGÍSTICAS NO APOIO ÀS POPULAÇÕES	64
TABELA 30 – PRIORIDADES DE AÇÃO NAS OPERAÇÕES DE LOGÍSTICA	68
TABELA 31 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO DAS COMUNICAÇÕES.....	69
TABELA 32 – REDE OPERACIONAL DE BOMBEIROS	69
TABELA 33 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO.....	74
TABELA 34 – RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS NO QUE CONCERNE A INFORMAÇÃO A SER DIFUNDIR A ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS QUE COLABORAM COM AS AÇÕES DE SOCORRO E REABILITAÇÃO.....	75
TABELA 35 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO, PRIORIDADES DE AÇÃO E PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO NA GESTÃO DA INFORMAÇÃO PÚBLICA	77
TABELA 36 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO.....	79
TABELA 37 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO DA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA	82
TABELA 38 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO NOS SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS .84	84
TABELA 39 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO NO SOCORRO E SALVAMENTO	86
TABELA 40 – MARCHA GERAL DAS OPERAÇÕES	88
TABELA 41 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO NOS SERVIÇOS MORTUÁRIOS	90

TABELA 42 – OBJETIVOS E DOMÍNIOS DE ATUAÇÃO DA PROTEÇÃO CIVIL.....	94
TABELA 43 – PRINCÍPIOS ESPECIAIS APLICÁVEIS ÀS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO CIVIL.....	95
TABELA 44 – DIREÇÃO POLÍTICA	96
TABELA 45 – COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL	97
TABELA 46 – COMPETÊNCIAS DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE PROTEÇÃO CIVIL	98
TABELA 47 – COMANDANTE DAS OPERAÇÕES DE SOCORRO.....	103
TABELA 48 – ADJUNTOS DO COS.....	103
TABELA 49 – CÉLULAS DO SISTEMA DE GESTÃO DAS OPERAÇÕES.....	105
TABELA 50 – RESPONSÁVEIS DAS ESTRUTURAS NA CÉLULA DE COMBATE.....	105
TABELA 51 – COMPETÊNCIAS DO COMANDANTE OPERACIONAL MUNICIPAL.....	107
TABELA 52 – COMPETÊNCIAS DE COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL DA CMPC	108
TABELA 53 – COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL	109
TABELA 54 – DEFINIÇÃO DE ACIDENTE GRAVE E CATÁSTROFE	109
TABELA 55 – COMPETÊNCIAS, PRESSUPOSTOS E PROCEDIMENTOS DA DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO DE ALERTA	110
TABELA 56 – AVISOS EMITIDOS PELO INSTITUTO PORTUGUÊS DO MAR E DA ATMOSFERA.....	111
TABELA 57 – CRITÉRIOS DE EMISSÃO DE AVISOS, PARA VENTOS, PRECIPITAÇÃO, NEVE, TROVOADA, NEVOEIRO, TEMPO QUENTE, TEMPO FRIO E AGITAÇÃO MARÍTIMA	112
TABELA 58 – CRITÉRIOS DE EMISSÃO DE AVISOS PARA AS TEMPERATURAS MÍNIMAS E MÁXIMAS.....	112
TABELA 59 – NÍVEIS DE ALERTA E RESPECTIVO GRAU DE PRONTIDÃO E MOBILIZAÇÃO	115
TABELA 60 – LISTA DAS PRINCIPAIS RIBEIRAS AFLUENTES DOS RIOS DOURO E CÔA NO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA	123
TABELA 61 – LISTA DE PONTOS DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA	124
TABELA 62 – TIPOS E ÁREA OCUPADA DE USOS DO SOLO NO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA.....	128
TABELA 63 – POPULAÇÃO DO DOURO SUPERIOR, POR MUNICÍPIO, DESDE O SÉCULO XIX	130
TABELA 64 – CAPACIDADE DE RESERVA DE ÁGUA NA ADUÇÃO E NA DISTRIBUIÇÃO NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA	152
TABELA 65 – PERIGOS COM INCIDÊNCIA RELEVANTE NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA.....	160
TABELA 66 – ESTAÇÕES CLIMATOLÓGICAS UTILIZADAS NA ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA NEVE	168
TABELA 67 – NÚMERO DE ANOS COM SECA MODERADA A EXTREMA E SECA FRACA IDENTIFICADOS PELO SPI A 12 MESES ENTRE 1960 E 2005 EM ESTAÇÕES METEOROLÓGICAS DO INTERIOR NORTE DE PORTUGAL CONTINENTAL	178
TABELA 68 – MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTES IDENTIFICADOS NO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA.....	184
TABELA 69 – CLASSES DE SUSCETIBILIDADE AOS MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTES NO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA.....	189
TABELA 70 – SUSCETIBILIDADE AOS MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTES NAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA, EXPRESSO POR PERCENTAGEM DO TERRITÓRIO DA FREGUESIA	189
TABELA 71 – ÁREA DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA VISÍVEL PELAS TORRES DE VIGIA DE OUTROS CONCELHOS	204
TABELA 72 – SUSCETIBILIDADE AO INCÊNDIO FLORESTAL NAS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA, EXPRESSO POR PERCENTAGEM DO TERRITÓRIO DA FREGUESIA	205
TABELA 73 – GRAU DE PROBABILIDADE	209
TABELA 74 – GRAU DE GRAVIDADE	209
TABELA 75 – MATRIZ DE RISCO PARA O MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA.....	210
TABELA 76 – POPULAÇÃO COM MAIS DE 65 ANOS EM 2001, POR FREGUESIA E NÚMERO MÉDIO DE DIAS DE ONDAS DE CALOR NO CONCELHO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA	211
TABELA 77 – POPULAÇÃO COM MAIS DE 65 ANOS EM 2001, POR FREGUESIA E NÚMERO MÉDIO DE DIAS DE VAGAS DE FRIO NO CONCELHO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA	213
TABELA 78 – ÁREAS INUNDÁVEIS POR FREGUESIA E POR TIPO DE INUNDAÇÃO (ÁREA E FRAÇÃO DA FREGUESIA) NO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA	215
TABELA 79 – INFRAESTRUTURAS (EDIFICADO E REDE VIÁRIA) POTENCIALMENTE AFETADAS POR TIPO DE INUNDAÇÃO E POR FREGUESIA NO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA	216
TABELA 80 – TIPOS DE EDIFÍCIOS LOCALIZADOS EM ÁREAS AFETADAS POR INUNDAÇÃO FLUVIAL E ROTURA DE BARRAGEM ..	217
TABELA 81 – EDIFÍCIOS COM IDADE SUPERIOR A 25 ANOS EM AGLOMERADOS POPULACIONAIS, NAS FREGUESIAS DE VILA NOVA DE FOZ CÔA.....	222
TABELA 82 – DISTRIBUIÇÃO DE EDIFICADO E DA REDE VIÁRIA PELAS CLASSES DE SUSCETIBILIDADE À INSTABILIDADE DE VERTENTES NO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA.....	222
TABELA 83 – ÁREAS EDIFICADAS EM VERTENTES COM SUSCETIBILIDADE ELEVADA OU MODERADA NO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA.....	224

TABELA 84 – REDE VIÁRIA INSTALADA EM VERTENTES COM SUSCETIBILIDADE ELEVADA OU MODERADA NO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA.....	224
TABELA 85 – ÁREAS DE EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO E OUTRAS CONSTRUÇÕES EM ÁREAS DE SUSCETIBILIDADE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS ELEVADA OU MUITO ELEVADA NO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA	232
TABELA 86 – ESTRADAS MUNICIPAIS (EM) E NACIONAIS (EN) IMPLANTADAS EM ÁREAS DE SUSCETIBILIDADE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS ELEVADA OU MUITO ELEVADA NO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA	233
TABELA 87 – MEDIDAS GERAIS DE MITIGAÇÃO	235
TABELA 88 – MEDIDAS ESPECÍFICAS POR TIPOLOGIA DE RISCO DE MITIGAÇÃO.....	238
TABELA 89 – APC’S E ENTIDADES INTERVENIENTES NO CASO DE INCÊNDIO FLORESTAL	239
TABELA 90 – FITA DO TEMPO	240
TABELA 91 – APC’S E ENTIDADES INTERVENIENTES NO CENÁRIO DE MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTES.....	243
TABELA 92 – APC’S E ENTIDADES INTERVENIENTES NO CENÁRIO DE VAGAS DE FRIO	248
TABELA 93 – APC’S E ENTIDADES INTERVENIENTES NO CENÁRIO DE ONDAS DE CALOR.....	251
TABELA 94 – APC’S E ENTIDADES INTERVENIENTES NO CENÁRIO DE CHEIAS /INUNDAÇÕES	255

Parte I – Enquadramento Geral do Plano

1. Introdução

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Vila Nova de Foz Côa (adiante designado abreviadamente por PMEPCVNFC) é um documento formal que define o modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de Proteção Civil a nível municipal. Permite antecipar cenários suscetíveis e espectáveis de desencadear um acidente grave ou catástrofe, definindo a estrutura organizacional e os procedimentos para a preparação e aumento da capacidade de resposta à emergência.

O PMEPCVNFC é um plano de âmbito geral, elaborado para enfrentar a generalidade das situações de emergência que se admitem para o âmbito territorial e administrativo do município de Vila Nova de Foz Côa.

Este deverá ser revisto, segundo a resolução 25 de 2008 de 18 de Julho, no mínimo uma vez em cada dois anos, ou no caso de existirem alterações pertinentes resultantes dos exercícios utilizados para verificar a operacionalidade dos meios envolvidos no âmbito do plano, ou de situações reais onde se verifique a necessidade de alterações no mesmo.

O Município está sujeito a uma multiplicidade de riscos naturais, tecnológicos ou mistos que podem se manifestar a qualquer altura, no entanto aqueles, que pelas características do município, ou até mesmo pela sua historicidade, é destacado o risco de Incêndio Florestal.

O diretor do PMEPCVNFC é o Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, o Eng.º Gustavo Sousa Duarte e, na sua ausência, o seu legítimo substituto é o Vice-presidente, o Dr. João Paulo Lucas Donas Botto Sousa.

2. Âmbito de aplicação

Sendo o PMEPCVNFC um plano de âmbito municipal, este aplica-se à totalidade da área territorial do Município de Vila Nova de Foz Côa, ou seja, uma área total de 398.2 Km², correspondendo às suas 17 freguesias (Almendra; Castelo Melhor; Cedovim; Chãs; Custoias; Freixo de Numão; Horta; Mós; Murça; Muxagata; Numão; Santa Comba; Santo Amaro; Sebadelhe; Seixas; Touça; Vila Nova de Foz Côa), Vila Nova de Foz Côa é um dos concelhos do distrito da Guarda e um dos 19 municípios pertencentes à NUT III Douro.



Mapa 1 – Enquadramento Territorial

O PMEPCVNFC tem como objetivo, fazer face a todas as situações recorrentes da manifestação dos riscos **Naturais** (Ondas de Calor; Vagas de Frio; Nevões; Cheias e Inundações; Secas; Sismos; Movimentos de Massa em Vertentes; **Tecnológicos** (Acidentes Rodoviários, Ferroviários e Fluviais; Acidentes no Transporte Terrestre de Mercadorias Perigosas; Colapso de Túneis, Pontes e outras Infraestruturas; Cheias e Inundações por Rutura de Barragens; Colapso de Galerias e Cavidades de Minas; Acidentes em Instalações de Combustíveis, Óleos e Lubrificantes; Incêndios em Centros Históricos e em Edifícios com Elevada Concentração Populacional) ou **Mistos** (Incêndios Florestais).

3. Objetivos gerais

Os objetivos gerais a que o PMEPCVNFC se propõe, são:

- Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de Proteção Civil;
- Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver;
- Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;
- Inventariar os meios e recursos disponíveis a recorrer em caso de acidente grave ou catástrofe;
- Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer, o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;
- Assegurar a criação das condições favoráveis ao empenho rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique;
- Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;
- Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência.

4. Enquadramento Legal

Legislação Estruturante

- Lei nº 65/2007, de 12 de Novembro – Enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, organização dos serviços municipais de proteção civil e competências do comandante operacional municipal;
- Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de Julho – Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS), com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 114/2011;
- Lei nº 27/2006, de 3 de Julho – Lei de Bases de Proteção Civil, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica 1/2011.

Legislação Específica

- Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil nº 25/2008, de 18 de Julho – Critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil.

5. Antecedentes do Processo de Planeamento

A historicidade de acontecimentos resultantes do processo de planeamento de emergência está resumida à existência de um Plano de Emergência de Proteção Civil, datado do ano de 2006.

Este Plano nunca esteve em consulta pública, consequentemente nunca teve nenhum parecer nem favorável, nem desfavorável.

Os necessários testes ao plano nunca foram levados a cabo, ou seja, não existiu qualquer exercício no âmbito do Plano Municipal de Emergência.

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil anterior nunca foi ativado.

Após emissão de parecer da CMPC em 07 de Junho de 2011, a presente versão do PMEPC de Vila Nova de Foz Côa esteve em Consulta Pública a partir do dia 15 de Junho de 2011 pelo período de 30 dias.

Decorrido o período de consulta pública a CMPC deliberou emitir parecer favorável ao PMEPC de Vila Nova de Foz Côa em reunião realizada no dia 23 de Agosto de 2011.

6. Articulação com instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território

O planeamento e ordenamento do território revestem-se de vital importância no que diz respeito à minimização dos efeitos nefastos que podem ocorrer devido à manifestação dos riscos existentes no município de Foz Côa. Um uso cuidado e correto do solo, aliado à diminuição da vulnerabilidade, ou seja minimização da exposição de pessoas e bens, poderá potenciar o sucesso das políticas de proteção civil. Assim prevê-se que o PDM contenha informação referente às áreas de relevância operacional consideradas no PMEPC, bem como integre as áreas de perigosidade na Reserva Ecológica Nacional. Neste contexto, na tabela seguinte encontra-se a interligação entre alguns dos instrumentos de planeamento e ordenamento do território que contribuem para a prossecução dos objetivos do PMEPCVNFC.

Nível	Designação do Instrumento		Contributo para o PMEPCVNFC
Âmbito Nacional		PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
		ENDS	Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
	Planos	PNA	Plano Nacional da Água
	Setoriais	PNDFCI	Plano Nacional da Defesa da Floresta

		Contra Incêndios	
		PNAAS	Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde
		PNPR	Plano Nacional de Prevenção Rodoviária
		ENF	Estratégia Nacional para a Floresta
		PROFD	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Douro
		PBHD	Plano da Bacia Hidrográfica do Douro
Âmbito Regional		PROTN	Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (Em elaboração)
		PDM	Plano Diretor Municipal Planta de Condicionantes
Âmbito Municipal	Planos Setoriais	PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios Carta de Perigosidade de Incêndio
		PDEPC	Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil (em execução)
Instrumentos de planeamento de emergência	PMEPC Adjacentes	Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil dos Municípios adjacentes: Freixo de Espada à Cinta, Carrazeda de Ansiães, Torre de Moncorvo, Figueira de Castelo Rodrigo, Penedono, S. João da Pesqueira;	
		(em execução)	
		— Pinhel, Mêda. Aprovados	

Tabela 1 – Interligação dos Instrumentos de Gestão Territorial com o PMEPCVNFC

A tabela seguinte descreve os pontos de convergência entre PMEPCVNFC e os instrumentos de planeamento e ordenamento do território.

Instrumentos de Planeamento e ordenamento do Território	PNPOT	ENDS	PNA	PNDFCI	PNAAS	PNPR	ENF	PROFD	PBHD	PROTN	PDM	PMDFCI	PDEPC	PMEPC Adjacentes
O PMEPCVNFC visa estabelecer														
Tipificação dos riscos	X	X	X	X	X				X	X	X	X	X	X
Medidas de prevenção a adotar	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Identificação dos meios e recursos mobilizáveis, em situação de acidente grave ou catástrofe				X		X						X	X	X
Definição das responsabilidades que incumbem aos organismos, serviços e estruturas, públicas ou privadas, com competências no domínio da proteção civil municipal	X		X	X				X	X	X		X	X	X
Crítérios de mobilização e mecanismos de coordenação dos meios e recursos, públicos ou privados utilizáveis				X								X	X	X
Estrutura operacional que vai garantir à unidade de direção e o controlo permanente da situação	X			X								X	X	X

Tabela 2 – Pontos de convergência entre os instrumentos de ordenamento e planeamento do território com o PMEPCVNFC

7. Ativação do Plano

7.1. Competências para a ativação do Plano

Nos termos do nº2 do artigo 40, concatenado com o nº2 do artigo 38, da Lei de Bases da Proteção Civil (Lei nº27/2006, de 3 de Julho), e tal como disposto no nº3 do artigo 3º da Lei nº65/2007, de 12 de Novembro, compete exclusivamente à Comissão Municipal de Proteção Civil do Município de Vila Nova de Foz Côa a ativação/desativação do PMEPCVNFC.

A ativação do PMEPCVNFC pode ser, dependendo da complexidade da situação, deliberada com a presença do diretor do plano ou pelo seu substituto legal e contar com a presença de pelo menos mais 2 (dois) elementos, no entanto, deverá logo que possível, ser ratificada *a posteriori* pelo plenário da CMPC.

A publicitação da ativação do PMEPCVNFC será levada a cabo, atendendo à extensão territorial da emergência e da sua gravidade, devendo ser sempre alargada aos municípios vizinhos e CDOS respetivo. Nesse sentido os meios a utilizar serão:

Meios de Publicitação da Ativação do Plano		
Órgãos de Comunicação Social	Órgãos de Comunicação Social, de âmbito territorial considerado mais apropriado.	Exemplos: Nova Guarda A Guarda Terras da Beira O Interior O Fozcoense Rádio Altitude (Guarda)
Sítio da internet	Página de Internet da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.	http://www.cm-fozcoa.pt
Editais	Editais afixados em locais próprios para o efeito.	

Tabela 3 – Meios de Publicitação da ativação do Plano

A desmobilização operacional dos agentes de Proteção Civil envolvidos nas operações dependerão essencialmente do entendimento do Comandante das Operações de Socorro, no entanto deverá partir de um entendimento entre este, o Diretor do Plano, o Comandante Operacional Municipal¹, e o Serviço Municipal de Proteção Civil de Vila Nova de Foz Côa, bem como a desativação do PMEPCVNFC. A publicitação da sua desativação será efetuada da mesma forma que a sua ativação.

¹ O Município não tem nenhum Comandante Operacional Municipal nomeado. Neste sentido as competências da figura do COM ficam a cargo do Presidente da autarquia, visto este ser a entidade máxima da Proteção Civil a Nível Municipal, ou na sua ausência o seu substituto enquanto director do plano.

7.2. Critérios para a ativação do Plano

Os critérios para a ativação dos Planos de Emergência têm em conta a natureza das emergências, quer estas resultem em acidentes graves ou catástrofes, contudo a sua gravidade e a extensão dos seus efeitos previsíveis, bem como os resultados da sua mitigação resultante da sua ativação deverão ser tomados em conta. Os pressupostos utilizados para a ativação do PMEPCVNFC, constituem uma base de critérios coerentes e perfeitamente adaptados à realidade do município, assistindo assim o processo de tomada de decisão da ativação / desativação do plano, contudo a ativação será sempre levada a cabo em função da decisão da Comissão Municipal de Proteção Civil.

Os critérios a serem tomados em conta serão:

- Em primeira instância este deverá ser **ativado** sempre que se declare a **situação de alerta** ao nível da parcela territorial do município a que o plano diz respeito. Concorrendo para o cumprimento do estabelecido no ponto 1 do artigo 15º da Lei nº27/2006, de 3 de Julho.
- Será também **ativado** ou **não**, consoante o grau de risco existente, contemplado pela declaração da Comissão Nacional de Proteção Civil nº 97/2007, de 16 de Maio. O resultado do grau de risco é obtido através da matriz de risco, onde são interpolados o respetivo grau de gravidade e o grau de probabilidade.

O grau de gravidade é tipificado pela escala de intensidade das consequências negativas das ocorrências. O grau de probabilidade é tipificado na seguinte tabela de probabilidade / frequência de consequências negativas da ocorrência.

A relação entre a gravidade das consequências negativas e a probabilidade de ocorrências reflete, na generalidade, o grau de risco, sendo o plano passível de ser ativado através dos seguintes pressupostos:

Matriz de Risco				
PROBABILIDADE / FREQUÊNCIA		GRAVIDADE / INTENSIDADE		
		MODERADA	ACENTUADA	CRITICA
		Tratamento médico necessário, mas sem vítimas mortais. Algumas hospitalizações. Retirada de pessoas por um período de 24 horas. Algum pessoal técnico necessário. Alguns danos. Alguma disrupção na comunidade (menos de 24 horas). Pequeno impacto no ambiente, sem efeitos duradouros. Alguma perda financeira.	Número elevado de feridos e de hospitalizações. Número elevado de retirada de pessoas por um período superior a 24 horas. Vítimas mortais. Recursos externos exigidos para suporte ao pessoal de apoio. Danos significativos que exigem recursos externos. Funcionamento parcial da comunidade com alguns serviços indisponíveis. Alguns impactos na comunidade com efeitos a longo prazo. Perda financeira significativa e assistência financeira necessária.	Situação crítica. Grande número de feridos e de hospitalizações. Retirada em grande escala de pessoas por uma longa duração. Significativo número de vítimas mortais. Pessoal de apoio e reforço necessário. A comunidade deixa de conseguir funcionar sem suporte significativo. Impacto ambiental significativo e/ou danos permanentes.
CONFIRMADA	Ocorrência real verificada.	ELEVADO – Ativação	EXTREMO – Ativação	EXTREMO – Ativação
ELEVADA	É expectável que ocorra em quase todas as circunstâncias; e/ou nível elevado de incidentes registados; e/ou fortes evidências; e/ou forte probabilidade de ocorrência do evento; e/ou fortes razões para ocorrer; Pode ocorrer uma vez por ano ou mais.	ELEVADO – Ativação	EXTREMO – Ativação	EXTREMO – Ativação
MÉDIA - ALTA	Irá provavelmente ocorrer em quase todas as circunstâncias; e/ou registos regulares de incidentes e razões fortes para ocorrer; Pode ocorrer uma vez em cada 5 anos.	MODERADO – Convocação prévia da Comissão Municipal de Proteção Civil e decisão perante reunião da mesma.	ELEVADO – Ativação	ELEVADO – Ativação
MÉDIA	Não é provável que ocorra; Não há registos ou razões que levem a estimar que ocorram; pode ocorrer uma vez em cada 100 anos.	BAIXO – Não ativação	MODERADO – Não ativação	MODERADO – Não ativação

Tabela 4 – Matriz de Risco – Ativação do Plano

São também critérios para ativação do plano:

- a) Incêndio florestal cuja área exceda os **1000 ha** e/ou decorra mais de **72h** seguidas sem que tenha passado à fase de rescaldo;
- b) Iminência ou ocorrência de outros fenómenos, que não os mencionados anteriormente e que sejam suscetíveis de fomentar a ativação do plano;

Assim que as condições de segurança estiverem garantidas para a população e restabelecidas as condições mínimas de normalidade, o PMEPCVNFC poderá ser desativado por decisão da CMPC. Nesta sequência, deverão ser desenvolvidos os respetivos mecanismos de desativação de emergência por todas as entidades envolvidas aquando a ativação do Plano.

A CMPC deverá estabelecer um contacto permanente com o CDOS de modo a comunicar a ativação/desativação do PMEPCVNFC, a agilizar as estratégias de intervenção e a garantir o fluxo contínuo de informação atualizada da situação. A ativação/desativação do PMEPCVNFC deverá também ser comunicada aos municípios adjacentes. A publicitação da sua desativação será efetuada da mesma forma que a sua ativação.

8. Programa de Exercícios

O plano de emergência deve ser regularmente treinado através de exercícios em que se simulam situações de emergência a diferentes níveis. Com o planeamento e realização destes treinos poderá, por um lado, testar-se o plano em vigor, adaptando-o e atualizando-o se for caso disso, e, por outro lado, fazerem-se rotinas dos procedimentos a adotar em situação real de emergência.

Tipologia de Risco	Data	Entidades a Envolver	Tipo de exercício (CPX ² ; LivEx ³)
Cheias e Inundações	2º semestre de 2013	SMPC; Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Foz Côa; Autoridade Marítima; Autoridade de Saúde do Município; Centro de Saúde; INEM; GNR; EDP; Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P.; Estradas de Portugal, S. A.; Juntas de Freguesia; Instituto da Segurança Social, I.P.;	LivEx
Movimentos de massa em vertentes	1º semestre de 2014	SMPC; Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Foz Côa; Centro de Saúde; GNR; Estradas de Portugal; Juntas de Freguesia; Instituto da Segurança Social, I.P.; CP – Caminhos de Ferro.	CPX
Acidentes Rodoviários	2º semestre de 2014	SMPC; Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Foz Côa; Autoridade de Saúde do Município; Centro de Saúde; INEM; GNR; Estradas de Portugal; Instituto da Segurança Social, I.P.	LivEx
Incêndios e Colapsos em Centros Históricos e em Edifícios com Elevada Concentração Populacional	1º semestre de 2015	SMPC; Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Foz Côa; Autoridade de Saúde do Município; Centro de Saúde; INEM; GNR; Instituto da Segurança Social, I.P.	CPX

Tabela 5 – Calendarização de exercícios

2 Command Post Exercise – entende-se aquele que se realiza em contexto de sala de operações e tem como objetivos testar o estado de prontidão e a capacidade de resposta e de mobilização de meios das diversas entidades envolvidas nas operações de emergência.

3 Entende-se um exercício de ordem operacional, no qual se desenvolvem missões no terreno, com meios e equipamentos, permitindo avaliar as disponibilidades operacionais de execução das entidades envolvidas.